

SORTE OU AZAR? CONHECIMENTO FINANCEIRO E COMPORTAMENTO DE APOSTAS DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

CAROLINE MARIA BRAZ DA SILVA

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

MATEUS SOARES MENDES

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

JOÃO ANTONIO DA COSTA NETO

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Resumo

Este estudo analisa a relação entre o conhecimento financeiro e o comportamento de apostas entre servidores públicos municipais, investigando se o conhecimento financeiro atua como fator protetor contra a participação e os prejuízos financeiros decorrentes das apostas. A pesquisa utilizou abordagem quantitativa por meio de *survey* com 72 servidores de um município paraibano. Aplicou-se questionário adaptado contendo seções sobre perfil sociodemográfico, comportamento em apostas e o instrumento de conhecimento financeiro validado por Vieira et al. (2020). A análise dos dados combinou estatística descritiva e cruzamento de variáveis. A maioria dos servidores (55,6%) não participa de apostas. Entre os apostadores, predominou o perfil masculino com conhecimento financeiro mediano e alto grau de instrução. Contrariando expectativas, não se observou correlação negativa significativa entre conhecimento financeiro e participação em apostas. O dado mais crítico revela que 50% dos apostadores têm como principal motivação a busca por “ganhos financeiros rápidos”. Os resultados indicam a necessidade de programas de educação financeira que transcendam o conhecimento técnico, incorporando a conscientização sobre vieses comportamentais e os riscos das apostas como falsa estratégia de enriquecimento, especialmente direcionados ao público masculino. O estudo alerta para a vulnerabilidade de servidores públicos ante o crescimento do mercado de apostas no Brasil, sugerindo políticas públicas que associem alfabetização financeira à prevenção do vício em jogos de azar no ambiente laboral.

Palavras chave: Conhecimento Financeiro; Jogos de Apostas; Servidores Públicos Municipais; Endividamento.

1. INTRODUÇÃO

O mercado de apostas online vem demonstrando um crescimento exponencial no Brasil, posicionando o país como o quinto maior mercado global em 2025, com receita estimada em US\$4,139 bilhões, cerca de R\$22 bilhões (Mota, 2025). Os dados são de pesquisa feita pela consultoria internacional Regulus Partners, focada no setor de esportes e lazer e divulgados pela BBC News Brasil, com base nos relatórios financeiros de companhias abertas e em informações disponíveis sobre os valores movimentados no setor. O Brasil fica atrás apenas dos Estados Unidos com receita estimada de US\$17,312 bilhões, seguidos por Reino Unido (US\$9,901 bilhões), Itália (US\$4,617 bilhões) e Rússia (US\$4,515 bilhões).

Em 2024 o Banco Central do Brasil (BACEN) realizou um levantamento com o objetivo de mensurar o tamanho do mercado de jogos de azar e apostas online no Brasil. O estudo destaca que medir com precisão o tamanho desse mercado é um desafio, pois muitas empresas operam sob nomes diferentes dos divulgados na mídia. Além disso, várias não estão

corretamente classificadas no setor econômico adequado, e muitas delas também atuam em outros segmentos além das apostas, o que dificulta a medição (BACEN, 2024; Mendes et al., 2025).

A magnitude desse mercado reflete-se também no número de consumidores: cerca de 40 milhões de consumidores pagaram pelo menos uma aposta ou jogo online entre 2024 e 2025, revela um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise Pesquisas (Barbosa, 2025). A pesquisa ainda aponta que as apostas esportivas são as mais populares (54% dos apostadores), principalmente entre os homens, o pagamento via Pix é o método mais utilizado, cerca de 76% das transações, seguido pelo cartão de crédito (11%). O gasto médio mensal com apostas é de R\$187, subindo para R\$255 nas classes A e B.

Entretanto, o impacto reside principalmente no nível individual, visto que 41% dos apostadores renunciaram a consumos essenciais, 19% comprometeram sua renda e 17% deixaram de pagar contas para apostar (Barbosa, 2025). Esses dados corroboram para o que a literatura denomina de “jogo problemático”, o último nível dos três classificados por Hurla et al. (2017), e está associado a muitos resultados negativos, tais como dificuldades financeiras, elevadas taxas de dependência, má saúde física e mental (Muggleton et al., 2021; Mendes et al., 2025).

Neste cenário, dentre o grupo de funcionários públicos brasileiros, os servidores municipais emergem como aqueles particularmente mais vulneráveis. Segundo Lopez et al. (2023) representam 60% do funcionalismo público, e têm as menores remunerações, visto que, metade recebe até R\$2.155 mensais, conforme dados de 2018 obtidos junto ao IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Esta condição é agravada pela propensão de famílias com restrições financeiras depositarem uma fração maior de sua renda em apostas (Baker et al., 2024).

Neste ponto, o acesso facilitado ao crédito consignado surge como uma alternativa viável para “solucionar as dificuldades financeiras” de servidores públicos ativos, que se destacam como a modalidade de trabalhadores que mais o utiliza. De acordo com BACEN, o empréstimo consignado é uma modalidade de crédito em que o desconto de prestação é feito diretamente na folha de pagamento ou benefício previdenciário do contratante. Em razão disso, o risco de inadimplência é baixo, de modo que as taxas de juros aplicadas pelas instituições financeiras nesse tipo de crédito podem ser menores. Essa acessibilidade em se obter crédito, somada a fatores culturais e comportamentais, leva muitos a cair na armadilha do endividamento (Loureiro, 2021).

Diante disso, a alfabetização financeira e o conhecimento financeiro surgem como potenciais moderadores. Nos países emergentes do BRICS, a média de adultos alfabetizados financeiramente é de apenas 28%, sendo 35% no Brasil. Este baixo nível indica que a maioria da população tem um baixo nível de conhecimento sobre assuntos financeiros cotidianos (Klapper et al., 2015), comprometendo a capacidade de tomada de decisões financeiras informadas. Um dos possíveis reflexos dessa realidade é o consumo de produtos de forma não planejada e o uso frequente do crédito (Mendes et al., 2025).

O conhecimento financeiro tem sido reconhecido como uma competência crítica tanto para famílias como para indivíduos. Famílias com maior conhecimento financeiro evitam problemas como endividamento excessivo e inadimplência, e acumulam mais retorno e riqueza (Deuflhard et al., 2019; Vieira et al., 2020).

Considerando o contexto apresentado e os desdobramentos possivelmente provocados pelo mercado de apostas no Brasil, comportamento de apostadores, maior vulnerabilidade socioeconômica do servidor municipal, propensão às facilidades do crédito, consequente endividamento, e necessidade de maior conhecimento financeiro, busca-se responder o

seguinte questionamento: **Qual a relação do conhecimento financeiro de servidores públicos municipais com sua participação (ou não) em jogos de apostas?**

O objetivo geral é analisar como o conhecimento financeiro se relaciona com o comportamento de apostas de servidores municipais. Para tanto, utilizou-se um dos quatro modelos propostos pela pesquisa de Vieira et al. (2020), sendo este o mais curto. A decisão se baseia em indicações dos próprios autores ao mencionarem que os instrumentos sintéticos tendem a ser mais úteis porque o pesquisador precisa considerar o tamanho final do instrumento para evitar problemas conhecidos de mensuração decorrentes de pesquisas muito longas. Quanto à verificação da participação (ou não) em jogos de apostas, foram feitas adaptações com base nos estudos de Columb, e O’Gara, (2018), Watanapongvanich et al. (2021) e Mendes et al. (2025), buscando compreender a percepção de servidores municipais quanto ao seu comportamento em apostas financeiras.

Quanto às contribuições, este estudo visa preencher lacunas na literatura nacional ao investigar empiricamente a relação entre conhecimento financeiro e apostas em um grupo específico e economicamente vulnerável – os servidores municipais. Espera-se que os resultados ofereçam subsídios para a formulação de políticas públicas de educação financeira voltadas para o serviço público, bem como para ações de prevenção ao endividamento e ao vício em jogos de azar no ambiente laboral. Ademais, a pesquisa contribui metodologicamente ao adaptar e aplicar instrumentos consolidados de mensuração de conhecimento financeiro e comportamento de apostas em um contexto socioeconômico singular, podendo servir de referência para estudos futuros em realidades similares.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Comportamento em jogos de apostas

As pessoas jogam porque o jogo é uma atividade de lazer geradora de diversão e um fator psicológico responsável pelo aumento da utilidade que foi adicionado à função de utilidade esperada. Se a utilidade de um indivíduo associada aos impactos psicológicos do jogo for positiva e superar a utilidade negativa esperada do jogo, o indivíduo continuará a jogar (Churchill e Farrell, 2018).

No entanto, apesar de ser um passatempo comum para algumas pessoas, está associado à dependência e a consequências nocivas para outras (Muggleton, Parpart, Newall, Leake, Gathergood & Stewart, 2021; Mendes et al., 2025).

Ao adaptarem a teoria do vício de Herrnstein e Prelec (1992), Hurla et al. (2017) forneceram um modelo comportamental de jogo e categorizaram os jogadores em três grupos: recreativos, frequentes e problemáticos. Os jogadores recreativos são pessoas que jogam a um preço baixo e ainda desfrutam de outras atividades na vida.

Já os jogadores frequentes são aqueles que se afastam do ponto equilíbrio, ou seja, níveis de prazer iguais e relativamente médios tanto em atividades de jogo como em atividades não relacionadas a jogos de azar (Herrnstein e Prelec 1992), e optam por jogar devido a outros fatores, como alívio do estresse e socialização com amigos. Por fim, os jogadores problemáticos são os que continuam a jogar com uma frequência ainda mais elevada, experimentando níveis de prazer em rápido declínio tanto nas atividades de jogo como nas não relacionadas com o jogo, como resultado de problemas financeiros, desaprovação social e consequências nas suas vidas pessoais e profissionais (Watanapongvanich et al., 2021).

Em termos de implicações clínicas, o jogo problemático está frequentemente associado a perturbações de saúde mental, tais como depressão, fobias, personalidade anti-social, alcoolismo, abuso e dependência de substâncias. Outro efeito colateral do jogo problemático é

um aumento acentuado no comportamento impulsivo (Cunningham-Williams et al. 1998; Haydock et al. 2015; Leeman e Potenza 2012; Watanapongvanich et al., 2021).

Além disso, estudos anteriores demonstraram que o consumo problemático de jogos de azar muitas vezes leva a custos sociais e familiares graves, como perda de emprego, relacionamentos fracassados, endividamento, suicídio e crime (Cassetta et al. 2018), além de problemas financeiros, como o sobreendividamento (Costes et al., 2018), que é uma manutenção estrutural e duradoura do endividamento sem perspectiva de mudança no cenário de um futuro próximo (Loureiro, 2021).

Para Amonhaemanon (2024), a ocupação também tem impacto no comportamento de jogo, visto que a fonte do dinheiro, e não o montante do rendimento, tem impacto na propensão de uma pessoa para o jogo (Worthington et al., 2007). Por exemplo, famílias de trabalhadores sem qualificação (ou operários) e servidores públicos apresentam taxas de apostas mais altas do que outras categorias ocupacionais (Tan et al., 2010). Tal informação direciona o foco para a população-alvo desta pesquisa.

2.2 Servidores Públicos Municipais e Endividamento

O funcionalismo público no Brasil era composto, em 2018, majoritariamente pelos níveis municipal, estadual e federal, correspondendo a 60%, 30% e 10% dos vínculos de trabalho no setor, respectivamente. Entre esses segmentos, o funcionalismo municipal apresentou as menores remunerações (metade dos vínculos recebiam até R\$ 2.155,00, e 90% não ultrapassavam R\$ 5.718,00), sendo a remuneração média desse nível significativamente inferior à dos níveis estadual e federal, nesta ordem, (Lopez et al., 2023).

Tais dados evidenciam que a categoria municipal se situa em posição de maior vulnerabilidade financeira, diante as dos demais entes federativos, isso se torna mais problemático quando analisada em conjunto com o comportamento em jogos, visto que, embora as apostas venham de toda a distribuição de renda, às famílias com restrições financeiras depositam uma fração maior de sua renda se comparadas a famílias com menores restrições (Baker et al., 2024), indicando uma vulnerabilidade socioeconômica possivelmente acentuada entre o grupo de servidores municipais.

Este cenário de renda, paradoxalmente, coexiste com um significativo acesso ao crédito. Dados divulgados pelo BACEN, no período de 2015 a 2017, revelam que o valor médio contratado por servidores públicos foi de R\$10,8 mil. Nesse mesmo período, os aposentados e beneficiários da Previdência Social contrataram um valor médio de R\$3,3 mil, enquanto os trabalhadores da iniciativa privada, de R\$5,6 mil (Loureiro, 2021).

Além disso, em função da renda e dos valores contratados, aos servidores públicos são oferecidas taxas de juros menores, o que torna essa modalidade de crédito ainda mais atraente. Essa acessibilidade em se obter crédito, somada a fatores culturais e comportamentais, leva muitos a cair na armadilha do endividamento (Loureiro, 2021). A situação pode ser agravada pela recente proliferação de leis municipais que buscam instituir loterias próprias, muitas incluindo a previsão de “*bets locais*”, ampliando institucionalmente a oferta e o acesso a esses serviços, ainda que sob questionamentos e proibições legais (Nicoceli e Stabile, 2025).

Neste contexto, Kaiser & Menkhoff (2017) descrevem o endividamento como uma condição em que uma pessoa tem dívidas que excedem a sua capacidade de pagamento. Esta condição, por sua vez, pode ser uma fonte significativa de estresse e ansiedade e pode afetar a saúde física e mental de um indivíduo (Maison, 2019). O endividamento pode ser causado por diversos fatores, como gastos excessivos, uso irresponsável de cartões de crédito ou eventos imprevistos, fazendo com que os indivíduos se sintam presos num ciclo de dívida que é difícil

de superar e pode afetar a capacidade de atingir objetivos financeiros de longo prazo (Maison, 2019; Sulastris e Gantino, 2024).

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em agosto de 2025, o percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer (cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa) continuou avançando e alcançou 78,8%, acima do resultado apresentado no mesmo mês em 2024, sendo o maior percentual desde novembro de 2022.

Projeções da CNC mostram que o endividamento deve continuar avançando nos próximos meses, mesmo com as preocupações, levando a inadimplência para novos recordes. Desse modo, é possível que ao fim de 2025 as famílias estejam significativamente mais endividadas (+3,1%) e mais inadimplentes (+1,6%) do que no fim de 2024.

Portanto, em um ambiente de endividamento generalizado e associando ao vício em apostas, reconhecido como transtorno mental (ludopatia) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), se intensifica o ciclo problemático (endividamento > aposta > superendividamento). A liberação de dopamina durante a aposta reforça a compulsão, reduz a inibição a riscos e pode levar a grandes perdas financeiras, incluindo o comprometimento de patrimônio e o superendividamento (Agência Senado, 2025). Esta “pressão financeira” pode atuar tanto como uma consequência das perdas em apostas quanto como uma causa que motiva a busca por soluções financeiras rápidas.

Diante desse cenário é preciso buscar elementos de proteção, e a literatura aponta para a alfabetização financeira como um caminho fundamental. Baker et al. (2017) afirmaram, por exemplo, que os indivíduos que têm um elevado nível de alfabetização financeira têm maior probabilidade de ter um comportamento mais sábio na gestão das suas finanças, incluindo na gestão da dívida. Esta relação também é corroborada por Lusardi e Michell (2014), que destacam que a baixa alfabetização financeira faz com que os indivíduos não tenham razão na tomada de decisões relacionadas com produtos financeiros, e é isso que os torna mais propensos a contrair dívidas.

2.3 Alfabetização Financeira e Conhecimento Financeiro

Para Remund (2010, p. 284) a Alfabetização Financeira é “uma medida do grau em que se compreende os principais conceitos financeiros e se possui a capacidade e a confiança para gerir as finanças pessoais através de tomadas de decisões adequadas, de curto prazo e, de um planejamento financeiro sólido e de longo prazo, estando atento aos acontecimentos da vida e às mudanças nas condições económicas”.

Enquanto que, para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2017) a Alfabetização Financeira foi definida como “conhecimento e compreensão de conceitos e riscos financeiros, e as competências, motivação e confiança para aplicar esse conhecimento e compreensão, a fim de tomar decisões eficazes numa variedade de contextos financeiros, para melhorar o bem-estar financeiro dos indivíduos e da sociedade, e para permitir a participação na vida económica”.

Há uma grande quantidade de pesquisas empíricas que exploraram a alfabetização financeira em diversas temáticas (Tan e Singaravelloo, 2020; Watanapongvanich et al., 2021; Watanapongvanich et al., 2022; Wang et al., 2023; Amonhaemanon, 2024; Sulastris e Gantino, 2024; Mendes et al., 2025).

A pesquisa de Tan e Singaravelloo (2020) sobre oficiais do governo malaio, encontraram um nível elevado de Alfabetização Financeira, mas um comportamento mediano

de planejamento de aposentadoria. Apenas o nível de educação e a renda pessoal influenciaram positivamente a Alfabetização Financeira, não havendo influência para idade ou gênero.

Já Watanapongvanich et al. (2021) investigaram a Alfabetização Financeira na população japonesa, e demonstraram uma relação significativamente negativa com a frequência de jogos de azar, sugerindo que promover a Alfabetização Financeira pode ajudar a mitigar o problema do jogo. Contudo, a educação financeira obrigatória recebida na escola (com foco em poupança) não teve relação significativa com a frequência de jogos de azar.

Em outro estudo, de Watanapongvanich et al. (2022), realizado nos Estados Unidos, a Alfabetização Financeira não demonstrou ter relação significativa com a frequência de jogos de azar. No entanto, essa relação se tornou significativamente negativa somente em estados onde as máquinas eletrônicas de jogos de azar não são facilmente acessíveis. Os resultados implicam que a fácil acessibilidade ao jogo pode anular a capacidade de tomada de decisão racional, mesmo em indivíduos financeiramente alfabetizados.

Amonhaemanon (2024), analisou apostadores (trabalhadores informais) na Tailândia e identificou que pessoas com Alfabetização Financeira mais alta são motivados a comprar loterias por motivos econômicos, enquanto aqueles com baixa Alfabetização Financeira compram por motivos sociais. Além disto, a baixa Alfabetização Financeira está associada a padrões de pensamento financeiro não saudáveis, podendo levar ao estresse e a um maior risco de se envolver em jogos de azar.

No contexto brasileiro, Mendes et al. (2025) identificaram que a Alfabetização Financeira não apresenta relação estatisticamente significativa com a frequência de realizar jogos de azar. No entanto, fatores demográficos como o gênero masculino e o estado civil casado influenciam positivamente a probabilidade de se tornar um jogador frequente. De modo complementar, a amostra com alto grau de instrução, maioria com Pós-graduação, tende a não jogar, alinhando-se à ideia de que maior instrução leva a menor propensão a apostas.

Contudo, o termo “Alfabetização Financeira” é frequentemente equiparado a “Conhecimento Financeiro” e “Educação Financeira” na maioria das literaturas, considerando algumas semelhanças entre estes três termos. A alfabetização financeira e o conhecimento financeiro são comumente usados para atender à necessidade de educação financeira e para explicar os resultados associados a diferentes decisões financeiras, como investimento, poupança e comportamento da dívida. Assim, o Conhecimento Financeiro deve ser visto como um componente integral da alfabetização financeira, uma vez que envolve uma abordagem prática de aplicação na vida real (Huston, 2010; Tan e Singaravelloo, 2020).

Deste modo, é possível conceituar o Conhecimento Financeiro como aquele que os indivíduos precisam para se envolver em atividades de finanças e atingir seus objetivos pessoais (Sun e Xin, 2020). Este Conhecimento Financeiro é um dos três pilares da alfabetização financeira, que inclui, além de si, a atitude financeira e o comportamento financeiro (OCDE, 2015). Para Huston (2010), é do interesse de diversas áreas, como órgãos governamentais, educadores e pesquisadores, aprimorar as técnicas de mensuração, pois podem auxiliar no desenvolvimento de soluções e na identificação de barreiras ao bem-estar financeiro.

Neste contexto, de forma mais prática, Vieira et al. (2020) avançaram no desenvolvimento de um instrumento de pesquisa, validado por indicadores e capaz de avaliar o nível de conhecimento financeiro por meio da utilização da Teoria de Resposta ao Item (TRI). Apesar disto, a literatura específica sobre conhecimentos financeiros ainda necessita de mais discussões, principalmente no ambiente socioeconômico atual envolto pela crescente evolução do mercado de apostas no Brasil, impulsionadas pelo espaço online, por *bets* e jogos de cassino como o “jogo do tigrinho”.

3. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa realizou um estudo descritivo com abordagem quantitativa por meio de um questionário (*survey*) online divulgado aos respondentes via redes sociais como Whatsapp e Instagram no mês de novembro de 2025.

A plataforma Google Forms foi utilizada para estruturar o questionário que possui 24 perguntas divididas em quatro seções. Primeiro: o termo de consentimento livre e esclarecido onde destaca-se o objetivo da pesquisa, o foco nos servidores públicos municipais e a exigência do respondente ser maior de idade. Segundo: dados sociodemográficos dos respondentes como idade, gênero, renda etc.

A terceira seção da pesquisa corresponde a perguntas relacionadas aos hábitos de jogos dos respondentes. Para direcionamento e elaboração desta seção foram utilizados os estudos anteriores de Columb, e O’Gara, (2018) e Watanapongvanich et al. (2021). Os questionamentos buscam compreender a percepção dos respondentes quanto ao seu comportamento em apostas financeiras.

A quarta e última seção do estudo corresponde ao índice de conhecimento financeiro dos servidores públicos municipais desenvolvido e testado por Vieira et al. (2020). O índice vai de 0 a 7 com base nas respostas corretas dos respondentes, logo o respondente que errar todas as questões terá um valor 0 (zero), aquele que acertar todas terá um índice de 7 (sete). O conhecimento financeiro é mensurado em sua forma reduzida por intermédio de 7 questionamentos: 2 associados ao conhecimento financeiro básico, 4 associados ao conhecimento financeiro de nível intermediário e 1 referente ao conhecimento financeiro avançado.

O universo delineado pela pesquisa é composto por servidores públicos do município de Sapé - Paraíba. Segundo dados do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB, s.d.), de abril de 2025, existia um total de 3.711 funcionários públicos vinculados à prefeitura de Sapé. Dentre os quais, 5 estavam à disposição, 12 recebiam algum tipo de benefício previdenciário temporário, 370 possuíam cargo comissionado, 1.530 possuíam contratação por excepcional interesse, 1.174 são efetivos, 22 eletivos e 601 são inativos ou pensionistas. A amostra final da pesquisa foi composta por 72 respondentes.

A análise descritiva dos resultados se deu através do Excel, utilizando-se do cruzamento de informações a fim de encontrar padrões entre o perfil dos apostadores, seu comportamento de apostador bem como seu grau de conhecimento financeiro. Ademais, foi utilizado na pesquisa uma análise de grupos (perfil apostador e perfil não apostador), possível por meio do nível de frequência em apostas. Também buscou-se avaliar o grau de conhecimento financeiro por meio do instrumento validado por Vieira et al. (2020).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Perfil Sociodemográfico

Em relação ao gênero, do total de 72 respondentes, a maioria (56,9%) são do gênero feminino, enquanto os outros 43,1% correspondem ao gênero masculino. De modo geral, a amostra se apresenta bastante equilibrada entre as categorias. Quando se relaciona gênero e idade, observa-se que a maioria dos respondentes, tanto do sexo feminino (51,21%) quanto masculino (35,48%) estão entre 30 e 39 anos. O menor quantitativo de respondentes se encontra na faixa entre 50 a 64 anos.

Tabela 1 – Perfil da Amostra quanto ao Gênero e Idade

Gênero	Idade				
	De 18 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 64 anos	Total Geral
Feminino	8	21	8	4	41
Masculino	8	11	6	6	31
Total Geral	16	32	14	10	72

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Ainda sobre o perfil sociodemográfico da amostra, quanto ao grau de instrução, como esperado dado a restrição dos respondentes aos servidores públicos municipais, o perfil geral da pesquisa se encontra bem equilibrado entre profissionais com o Ensino Médio (31,94%), Ensino Superior (33,33%) e a Pós-Graduação (31,94%). Apenas 2 respondentes declararam possuir apenas o ensino fundamental e ambos declararam possuir vínculo de Contratado com o município de Sapé.

Tabela 2 – Perfil da Amostra quanto ao Grau de Instrução e Estado Civil

Grau de Instrução	Estado Civil				Total Geral
	Casado(a)	Divorciado(a)	Prefiro não responder	Solteiro(a)	
Ensino Fundamental	2				2
Ensino Médio	7	3	1	12	23
Ensino Superior	9	2		13	24
Pós-Graduação	12	2		9	23
Total Geral	30	7	1	34	72

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Ao destrinchar o tipo de vínculo dos servidores ao grau de instrução dos respondentes, é observado que os servidores que possuem cargos comissionados, em sua maioria (56,52%) possuem o ensino superior, seguido pelo ensino médio (30,43%) e apenas 3 servidores possuem pós graduação.

Quanto aos servidores contratados, sua maioria possui ensino médio (40,90%) e como citado acima, apenas dois declararam possuir até o ensino fundamental. Não obstante, com base no cruzamento de dados é possível identificar que do total de pós-graduandos da amostra (23 respondentes), 60,86% declararam possuir cargo efetivo na prefeitura. Os funcionários com cargos efetivos são também o maior volume de respondentes da nossa pesquisa, correspondem a 37,5% da amostra final.

Tabela 3 – Perfil da Amostra quanto ao Tipo de Vínculo e Grau de Instrução

Tipo de Vínculo e Grau de Instrução	Contagem
Comissionado	23
Ensino Médio	7
Ensino Superior	13
Pós-Graduação	3
Contratado	22
Ensino Fundamental	2
Ensino Médio	9
Ensino Superior	5
Pós-Graduação	6
Efetivo	27
Ensino Médio	7
Ensino Superior	6

Pós-Graduação	14
Total Geral	72

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Com o intuito de compreender melhor o perfil da amostra no que diz respeito a seu aspecto laboral e vínculo com a prefeitura, a pesquisa explorou a interseção entre o tipo de vínculo dos respondentes, tempo de vínculo e a secretaria ao qual o funcionário está vinculado. Na tabela abaixo pode-se verificar que, a maioria dos funcionários de cargos comissionados atuam na secretaria da Administração e estão entre 1 e 5 anos no cargo. No que diz respeito aos contratados cerca de 45,45% atuam na secretaria da Saúde. Entre os respondentes que se declararam funcionários efetivos, a maioria atua na secretaria de Finanças (40,7%) e da Educação (25,92%) e de modo geral atuam na prefeitura por um tempo maior, entre 10 e 15 anos ou mais de 15 anos.

Também é possível observar que a maioria dos respondentes (44,4%) estão atuando na prefeitura com vínculo recente, entre 1 e 5 anos. Além disso, as secretarias com maior quantitativo de resposta foram: Saúde (23,6%), seguido pelas Finanças (20,8%), Educação e Administração, ambos com 18,1% dos respondentes.

Tabela 4 – Perfil da Amostra quanto ao Vínculo (Secretaria e Tempo) e Cargo

Secretaria vinculada e tempo de vínculo com o município	Cargo			
	Comissionado	Contratado	Efetivo	Total Geral
Administração	8	5	-	13
Entre 1 e 5 anos	4	4	-	8
Entre 5 e 10 anos	2	-	-	2
Mais de 15 anos	1	-	-	1
Menos de 1 ano	1	1	-	2
Agricultura	1	1	1	3
Entre 1 e 5 anos	1	-	-	1
Entre 5 e 10 anos	-	1	-	1
Mais de 15 anos	-	-	1	1
Desenvolvimento Social	1	1	-	2
Entre 1 e 5 anos	1	1	-	2
Educação	2	4	7	13
Entre 1 e 5 anos	2	-	-	2
Entre 10 e 15 anos	-	-	1	1
Entre 5 e 10 anos	-	2	2	4
Mais de 15 anos	-	-	4	4
Menos de 1 ano	-	2	-	2
Finanças	3	1	11	15
Entre 1 e 5 anos	2	-	1	3
Entre 10 e 15 anos	-	-	5	5
Entre 5 e 10 anos	1	1	-	2
Mais de 15 anos	-	-	5	5
Meio-Ambiente	2	-	-	2
Entre 1 e 5 anos	2	-	-	2
Outro(a)	4	-	3	7
Entre 1 e 5 anos	2	-	1	3

Entre 10 e 15 anos	1	-	1	2
Entre 5 e 10 anos	1	-	1	2
Saúde	2	10	5	17
Entre 1 e 5 anos	1	7	3	11
Entre 10 e 15 anos	-	-	2	2
Menos de 1 ano	1	3	-	4
Total Geral	23	22	27	72

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Por fim, com base nos dados sociodemográficos da nossa pesquisa, podemos observar que o perfil médio do nosso respondente corresponde a uma mulher solteira, que possui entre 30 e 39 anos, pós-graduada, com cargo efetivo e vínculo entre 1 e 5 anos na prefeitura. Além disso, está vinculada à secretaria da saúde e possui renda salarial entre 1 e até 2 salários-mínimos.

4.2 Conhecimento Financeiro e o Comportamento em Apostas

No que diz respeito ao comportamento de jogo, o resultado para nossa principal questão de investigação tem como base o estudo de Watanapongvanich et al. (2021) e pode ser visualizada abaixo:

Tabela 5 – Frequência de apostas de servidores municipais

Com que frequência você joga em loterias, ou cassinos, ou aposta em eventos esportivos, sejam eles online ou físicos? (exemplos: Loterias Caixa, Betano, Sportingbet, etc.).	Valor absoluto	Percentual (%)
Não jogo nada	40	55,6%
Já joguei pelo menos uma vez	8	11,1%
Costumava jogar, mas, não jogo mais	6	8,3%
Quase não jogo	12	16,7%
Jogo várias vezes por ano	1	1,4%
Jogo uma vez por mês	2	2,8%
Jogo uma vez por semana	2	2,8%
Jogo quase todos os dias	1	1,4%
Total Geral	72	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Como pode-se observar, cerca de 55,6% dos respondentes declararam nunca terem realizado nenhum tipo de aposta financeira. Os outros 32 respondentes oscilavam entre as demais proporções, a opção “Quase não jogo” foi a segunda mais assinalada entre os respondentes com 16,7% das respostas. Entre as respostas que indicavam um maior grau de propensão ao jogo, apenas um servidor respondeu que jogava quase todos os dias e outros dois assinalaram que jogavam ao menos uma vez por semana.

Para a realização da análise dos principais resultados da pesquisa a amostra final foi dividida em dois grupos com base na questão acima. Desse modo, o primeiro grupo corresponde ao perfil dos apostadores, composto por 32 respondentes, enquanto o segundo possui 40 respostas e corresponde ao perfil dos não apostadores. Além disso, utilizou-se o grau de conhecimento financeiro com base em Vieira et al. (2020) para a categorização entre baixo, (acerto de até duas questões), médio (acerto entre 3 e 6 questões) e alto nível de conhecimento financeiro (acerto de todas as 7 questões).

Com base na tabela abaixo, pode-se observar que apesar da amostra final ser majoritariamente feminina, a subamostra dos apostadores possui maioria masculina. Ambos os gêneros possuem majoritariamente um grau de conhecimento financeiro classificado como mediano. Quanto ao estado civil, a subamostra encontra-se concentrada entre solteiros (28,12%) e casados (34,37%). Além disso, boa parte dos apostadores possuem um elevado grau de instrução com graduação ou pós-graduação. Essa pode ser uma consequência do viés de amostragem, tendo em vista que em sua maioria os cargos para o funcionamento público exigem determinado nível de instrução.

A maior distinção entre grupos reside no fato de que, ao contrário do que ocorre na subamostra dos apostadores, a subamostra dos não apostadores, segue a amostra final e possui maioria feminina (cerca de 67,5%). No entanto, segue bastante equilibrada quanto ao estado civil (solteiro - 27,5% e casado - 30%) e o com elevado grau de instrução.

Tabela 6 – Perfil Sociodemográfico com base no Grau de Conhecimento Financeiro

Perfil		Grau de Conhecimento Financeiro			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Perfil dos Apostadores	Gênero				
	Masculino	2	14	2	18
	Feminino	2	9	3	14
	Estado Civil				
	Solteiro(a)	3	9	2	14
	Casado(a)	0	11	3	14
	Divorciado(a)	1	3	0	4
	Prefiro não responder	0	0	0	0
	Grau de Instrução				
	Ensino Fundamental	0	1	0	1
	Ensino Médio	3	5	0	8
	Ensino Superior	1	8	1	10
	Pós-graduação	0	9	4	13
Perfil dos Não Apostadores	Gênero				
	Masculino	1	11	1	13
	Feminino	9	15	3	27
	Estado Civil				
	Solteiro(a)	7	11	2	20
	Casado(a)	3	12	1	16

	Divorciado(a)	0	2	1	3
	Prefiro não responder	0	1	0	1
	Grau de Instrução				
	Ensino Fundamental	0	1	0	1
	Ensino Médio	6	8	1	15
	Ensino Superior	2	10	2	14
	Pós-graduação	2	7	1	10

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Para alcançar o objetivo da pesquisa, focou-se no grupo de apostadores e dessa forma a tabela abaixo concentra-se na relação entre o grau de conhecimento financeiro e o comportamento de jogo deste grupo em específico. Em sua maioria, os respondentes declaram realizar apostas em loterias oficiais como a Caixa Econômica Federal que pode ser vista como um tipo de aposta mais tradicional, presente no Brasil a mais tempo em comparação com as apostas online. O achado pode estar relacionado ao perfil de idade dos respondentes que em sua maioria estão na faixa entre 30 e 39 anos.

Em sua maioria, os apostadores declaram não se recordar ao certo a quanto tempo realizam apostas financeira (17,5%), outro montante relevante (outros 10%) declararam que realizam apostas a menos de 1 ano, levanta-se a hipótese de que esse grupo de novos apostadores esteja relacionado ao aumento de publicidade e recente desregulamentação das apostas financeiras no Brasil.

Tabela 7 – Perfil dos Apostadores com base no Grau de Conhecimento Financeiro

Perfil		Grau de Conhecimento Financeiro			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Perfil dos Apostadores	Modalidade				
	Apostas esportivas (Bets)	1	7	1	9
	Casinos online	0	1	1	2
	Loterias (Caixa)	1	12	1	14
	Outros	2	3	2	7
	Quanto tempo				
	Menos de 1 ano	0	4	0	4
	Entre 1 e 3 anos	1	3	0	4
	Entre 3 e 5 anos	1	3	2	6
	Entre 5 e 10 anos	0	3	0	3
	Mais de 10 anos	0	3	1	4

	Não sei	2	7	2	11
Motivo					
Possibilidade de ganhos financeiros rápidos	3	14	3	20	
Diversão, excitação ou aventura	0	3	0	3	
Influência Social	0	3	1	4	
Desafio ou Competição	0	0	0	0	
Outros	1	3	1	5	

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Por fim, um ponto relevante a ser destacado a respeito do grupo de apostadores é que metade dos respondentes (50%) declaram que possuem como motivação da aposta financeira a possibilidade de ganhos financeiros rápidos e elevados, esse achado desperta um alerta se relacionado ao grau de instrução de conhecimento financeiro dos apostadores que, apesar de apresentarem um grau mediano, ainda assim enxergam as apostas como uma forma de ganho financeiro. Destaca-se que esse tipo de operação, possui alto risco de perda e não se classifica como investimento além de possuir alto grau de vício entre seus praticantes.

Por fim, explorou-se a percepção dos respondentes (amostra total) via escala Likert de 5 pontos, quanto ao seu conhecimento financeiro e sua relação com apostas financeiras. A primeira assertiva “Eu sinto arrependimento após gastar dinheiro com aposta” evidencia um comportamento heterogêneo entre os grupos, uma vez em que entre o grupo de apostadores, cerca de 69,38% discordam totalmente ou concordam pouco com tal afirmação, enquanto no grupo de não apostadores 62,5% declaram concordar totalmente.

A disparidade de perspectiva também é observada para as demais afirmativas, em que outros 62,5% do subgrupo de não apostadores declaram concordar totalmente com as seguintes afirmativas: “As apostas impactam minha capacidade financeira.” e “A educação financeira pode ajudar a reduzir problemas com apostas.” Os percentuais de concordância para tais afirmativas são bem mais brandos para o subgrupo de apostadores.

Tabela 8 – Percepção dos servidores municipais quanto ao conhecimento financeiro e apostas

Perfil	Assertivas*	Escala Likert em Frequência									
		Discordo Totalmente (%)		Discordo (%)		Concordo Pouco (%)		Concordo (%)		Concordo Totalmente (%)	
Perfil dos Apostadores	1	3	9,38%	8	25,00%	8	25,00%	7	21,88%	6	18,75%
	2	12	37,50%	10	31,25%	4	12,50%	3	9,38%	3	9,38%
	3	23	71,88%	4	12,50%	5	15,63%	0	0,00%	0	0,00%
	4	2	6,25%	1	3,13%	3	9,38%	15	46,88%	11	34,38%
	5	23	71,88%	8	25,00%	0	0,00%	1	3,13%	0	0,00%
Perfil dos não Apostadores	1	8	25,00%	4	12,50%	1	3,13%	7	21,88%	20	62,50%
	2	9	28,13%	1	3,13%	0	0,00%	10	31,25%	20	62,50%
	3	21	65,63%	11	34,38%	1	3,13%	6	18,75%	1	3,13%
	4	4	12,50%	2	6,25%	1	3,13%	13	40,63%	20	62,50%
	5	30	93,75%	7	21,88%	0	0,00%	0	0,00%	3	9,38%

Notas: *Assertiva 1: Eu sinto arrependimento após gastar dinheiro com apostas; Assertiva 2: As apostas impactam minha capacidade financeira; Assertiva 3: Costumo utilizar empréstimos consignados para pagar dívidas; Assertiva 4: A educação financeira pode ajudar a reduzir problemas com apostas; Assertiva 5: Já usei cartão de crédito para financiar as apostas.

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Quanto às assertivas 03 “Costumo utilizar empréstimos consignados para pagar dívidas” e 05 “Já usei cartão de crédito para financiar as apostas”, que em sua maioria estão relacionadas ao endividamento, os resultados são mais convergentes entre os grupos. Cerca de 71,88% dos apostadores discordam totalmente com a assertiva 03, enquanto outros 65,63% dos não apostadores também discordam totalmente. Outros 71,88% do grupo de apostadores discordam totalmente da afirmativa 05, e quase sua totalidade (93,75%) do subgrupo de não apostadores discorda totalmente de tal afirmação.

Apesar da presunçosa homogeneidade quanto às assertivas 3 e 5 os dados indicam uma maior resistência do subgrupo de não apostadores quanto ao uso de crédito para financiar apostas financeiras, com percentuais mais acentuados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a relação entre o conhecimento financeiro e o comportamento de apostas entre servidores públicos municipais, partindo do pressuposto de que o conhecimento financeiro atuaria como um fator moderador contra a participação e os prejuízos financeiros decorrentes das apostas. A relevância desta investigação reside no contexto de expansão acelerada do mercado de *bets* no Brasil e na particular vulnerabilidade socioeconômica identificada no funcionalismo municipal, categoria com menor remuneração média e significativo acesso ao crédito consignado, conforme demonstrado no referencial teórico.

Os principais achados da pesquisa revelam um cenário complexo. Apesar de a maioria dos servidores pesquisados (55,6%) não participar de apostas, o perfil dos apostadores identificado é majoritariamente masculino, com grau de instrução elevado (graduação ou pós-graduação) e conhecimento financeiro mediano. Contrariando expectativas iniciais, não foi observada uma correlação direta e negativa entre um alto conhecimento financeiro e a não participação em apostas. O dado mais crítico reside na motivação: 50% dos servidores apostadores declararam como principal razão a “possibilidade de ganhos financeiros rápidos e elevados”, uma percepção de risco que persiste mesmo entre indivíduos com relativa instrução e conhecimento financeiro.

As contribuições deste trabalho são tanto teóricas quanto práticas. Teoricamente, os resultados dialogam com estudos como os de Watanapongvanich et al. (2022), que sugerem que a fácil acessibilidade ao jogo pode anular a capacidade de tomada de decisão racional, mesmo em indivíduos financeiramente alfabetizados. Na esfera prática, o estudo oferece subsídios para a formulação de políticas públicas e corporativas, destacando a necessidade de ações educativas que transcendam a transmissão de conhecimento técnico. É crucial desenvolver intervenções que abordem os vieses comportamentais e as falsas crenças sobre apostas como investimento, especialmente direcionadas aos servidores do gênero masculino, identificado como grupo de maior propensão.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o tamanho e o recorte geográfico da amostra (72 servidores de um único município), o que impede a generalização dos resultados para o funcionalismo público municipal brasileiro como um todo. Ademais, a natureza autorreportada dos dados, comum em pesquisas sobre comportamento sensível, pode estar sujeita a vieses de

desejabilidade social. A opção por um instrumento sintético de conhecimento financeiro, embora validado, pode não capturar toda a complexidade do construto.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras ampliem o escopo amostral para múltiplos municípios, permitindo análises comparativas. Estudos longitudinais poderiam investigar como mudanças no conhecimento financeiro afetam o comportamento de apostas ao longo do tempo. Ademais, investigações de natureza qualitativa ou mista são recomendadas para aprofundar a compreensão sobre as motivações, crenças e processos decisórios dos servidores apostadores, explorando a aparente dissociação entre o conhecimento que possuem e o comportamento de risco que adotam. Esses avanços serão fundamentais para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de educação e prevenção financeira no setor público.

REFERÊNCIAS

- Agência Senado. (2025). *Vício em bets está relacionado a outras dependências, aponta audiência de CPI*. Senado Federal. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/04/01/vicio-em-bets-esta-relacionado-a-outras-dependencias-aponta-audiencia-de-cpi>
- Amonhaemanon, D. (2024). Financial stress and gambling motivation: the importance of financial literacy. *Review of Behavioral Finance*, 16(2), 248-265.
- Baker, S., Balthrop, J., Johnson, M. J., Kotter, J. D., & Pisciotto, K. (2024). Economic Consequences of Online Sports Betting. Justin and Johnson, Mark J. and Kotter, Jason D. and Pisciotto, Kevin, Economic Consequences of Online Sports Betting.
- Barbosa, M. (2025). *39,5 milhões de consumidores pagaram pelo menos um jogo online no último ano, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil*. CNDL. Recuperado de <https://cndl.org.br/varejosa/395-milhoes-de-milhoes-de-consumidores-pagaram-pelo-menos-um-jogo-online-no-ultimo-ano-revela-pesquisa-cndl-spc-brasil/>
- Cassetta, B. D., Kim, H. S., Hodgins, D. C., McGrath, D. S., Tomfohr-Madsen, L. M., & Tavares, H. (2018). Disordered gambling and psychosis: Prevalence and clinical correlates. *Schizophrenia Research*, 192, 463–464.
- Churchill, S. A., & Farrell, L. (2018). The impact of gambling on depression: New evidence from England and Scotland. *Economic Modelling*, 68, 475-483.
- Columb, D., & O’Gara, C. (2018). A national survey of online gambling behaviours. *Irish Journal of Psychological Medicine*, 35(4), 311-319.
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. (2025). *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – agosto de 2025*. Recuperado de https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2025/09/Relatorio_Peic_ago25.pdf
- Costes, J. M., Kairouz, S., Monson, E., & Eroukmanoff, V. (2018). Where lies the harm in lottery gambling? A portrait of gambling practices and associated problems. *Journal of Gambling Studies*, 34(4), 1293-1311. <https://doi.org/10.1007/s10899-018-9761-3>
- Cunningham-Williams, R. M., Cottler, L. B., Compton III, W. M., & Spitznagel, E. L. (1998). Taking chances: Problem gamblers and mental health disorders-results from the St Louis Epidemiologic Catchment Area Study. *American Journal of Public Health*, 88(7), 1093–1096.
- Deuflhard, F., Georgarakos, D., Inderst, R., 2019. Financial literacy and savings account returns. *J. Eur. Econom. Assoc.* 17 (1), 131–164.
- Haydock, M., Cowlshaw, S., Harvey, C., & Castle, D. (2015). Prevalence and correlates of problem gambling in people with psychotic disorders. *Comprehensive Psychiatry*, 58, 122–129.

- Herrnstein, R. J., & Prelec, D. (1992). A theory of addiction. Choice over time, 331-360.
- Hurla, R., Kim, M., Singer, E., & Soman, D. (2017). Applying findings from financial literacy to encourage responsible gambling. Toronto, ON: Gambling Research Exchange Ontario (GREO).
- Huston, S. J. (2010). Measuring financial literacy. The Journal of Consumer Affairs, 44(2), 296–316. doi:10.1111/j.17456606.2010.01170.x
- Kaiser, T., & Menkhoff, L. (2017). Does Financial Education Impact Financial Literacy and Financial Behavior, and if So, When? (DIW Discuss). Retrieved from <http://www.diw.de/discussionpapers>
- Klapper, L., Lusardi, A., & Van Oudheusden, P. (2015). Financial literacy around the world. World Bank. Washington DC: World Bank, 2, 218-237.
- Leeman, R. F., & Potenza, M. N. (2012). Similarities and differences between pathological gambling and substance use disorders: A focus on impulsivity and compulsivity. Psychopharmacology (Berl), 219(2), 469–490.
- Lopez, F. G., Silveira, L., Portes, B., Teles, J., Ferreira, U., Guedes, E., Elgaly, P., Guedes, A., & Baeta, F. (2023). Remunerações e desigualdades salariais no funcionalismo brasileiro entre 1985 e 2019. Em F. G. Lopez & J. C. Cardoso Júnior (Org.), *Trajetórias da burocracia na Nova República: Heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985-2020)* (p. 297–322). Ipea. <https://doi.org/10.38116/978-65-5635-047-9/capitulo9>.
- Loureiro, D. D. (2021). *Endividamento do servidor público: a possibilidade de estudo da realidade do MPDFT sob a perspectiva do PES* [Dissertação de Mestrado]. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. Journal of Economic Literature, 52(1), 5–44.
- Mendes, M. S., Siqueira, D. D., Carvalho, E. S., & Lucena, W. G. L. (2025). Alfabetização Financeira e Apostas: Evidências no Brasil. In *Anais do XLIX Encontro da ANPAD (EnANPAD)* (versão online). Aracaju, SE, Brasil: ANPAD.
- Mota, C. V. (2025). *Como Brasil se tornou 5º maior mercado de bets no mundo*. BBC News Brasil. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cp98gn2rpyvo>
- Muggleton, N., Parpart, P., Newall, P., Leake, D., Gathergood, J., & Stewart, N. (2021). The association between gambling and financial, social and health outcomes in big financial data. Nature Human Behaviour, 5(3), 319-326.
- Nicoceli, A., & Stabile, A. (2025, 5 de outubro). *Prefeituras aprovam leis para criar mais de 70 loterias municipais; governo diz que são irregulares*. G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/10/05/prefeituras-leis-loterias-municipais-bets.ghtml>
- Organization for Economic Co-operation and Development. (2017). PISA 2015 assessment and analytical framework: Science, reading, mathematics, financial literacy and collaborative problem solving. (Revised Edition). Paris, France: PISA, OECD Publishing.
- Remund, D. L. (2010). Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. The Journal of Consumer Affairs, 44(2), 276–295. doi:10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x
- Sulastri, T., & Gantino, R. (2024). Comparison of the Effects of Financial Literacy on the Financial Behavior of Civil Servants and Private Employees at Millennial Age. *Journal of Economics, Finance and Accounting Studies*, 6(2), 79–99. <https://doi.org/10.32996/jefas.2024.6.2.6>

- Sun, L., & Xin, Z. Q. (2020). The development of the financial knowledge test for Chinese citizens. *Psychology: Techniques and Applications*, 8(12), 718–725. <https://doi.org/10.16842/j.cnki.issn2095-5588.2020.12.002>
- Tan, A.K., Yen, S.T. and Nayga, R.M. Jr (2010), “Socio-demographic determinants of gambling participation and expenditures: evidence from Malaysia”, *International Journal of Consumer Studies*, Vol. 34 No. 3, pp. 316-325.
- Tan, S., & Singaravelloo, K. (2020). Financial literacy and retirement planning among government officers in Malaysia. *International Journal of Public Administration*, 43(6), 486-498.
- Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB). (s.d.). *Consulta dos Quadros de Servidores dos Municípios*. Recuperado em 31 de outubro de 2025, de <https://tce.pb.gov.br/consulta-dos-quadros-de-servidores-dos-municipios/>
- Vieira, K. M., Potrich, A. C. G., & Bressan, A. A. (2020). A proposal of a financial knowledge scale based on item response theory. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 28, 100405.
- Watanapongvanich, S., Binnagan, P., Putthinun, P., Khan, M. S. R., & Kadoya, Y. (2021). Financial literacy and gambling behavior: Evidence from Japan. *Journal of gambling studies*, 37(2), 445-465.
- Worthington, A., Brown, K., Crawford, M. and Pickernell, D. (2007), “Gambling participation in Australia: findings from the national household expenditure survey”, *Review of Economics of the Household*, Vol. 5, pp. 209-221.